



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



«CASO BPN»

Deputados ouvem Dias Loureiro

Os deputados da comissão de inquérito ao BPN vão hoje interrogar (17h00) o antigo administrador da SLN, Dias Loureiro, sobre uma reunião em 2002 com António Marta, vice-governador do Banco de Portugal, sobre a qual existem versões contraditórias. Para hoje, está ainda marcada outra audição: a do vice-governador do BdP, Pedro Duarte Neves, às 15h00.

**BPN. Loureiro confrontado hoje**

Os deputados da comissão de inquérito ao BPN vão interrogar hoje o antigo administrador da SLN Manuel Dias Loureiro sobre uma reunião em 2002 com António Marta, vice-governador do Banco de Portugal, sobre a qual existem versões contraditórias.

ID: 23594344

27-01-2009

BANCA ■ BANCO DE PORTUGAL DETECTOU PRIMEIRA OPERAÇÃO TRÊS ANOS DEPOIS

Banco Insular já operava em 2004

■ Banco do Grupo BPN com buraco financeiro concedeu um crédito de 2,25 milhões de euros

ESCÂNDALO NO BPN

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Banco Insular (BI) já operava no território português em 2004, três anos antes de o Banco de Portugal (BdP) ter detectado a primeira operação daquela entidade bancária e quatro anos antes de saber que o BI era detido pelo BPN. E, em Novembro de 2006, o advogado Felipe Baião do Nascimento actuou como procurador do Insular na celebração de um contrato de regularização de dívida com um ex-sócio da Labicer, empresa nacionalizada com o BPN.

A operação diz respeito à concessão de um crédito de 2,25 milhões de euros para a realização de 25 por cento do capital social da Labicer. "Eu

contraí um empréstimo ao BI para realizar as minhas acções na Labicer. Quando sai, paguei, através do BPN, o empréstimo ao BI com juros", confirmou ontem ao CM Telmo Reis.

O empresário frisa que saiu da Labicer em 2005, "por divergências grandes com Oliveira e Costa, que era quem mandava na Labicer." E um documento, a que o CM teve acesso, diz que "no início de Novembro de 2006" as diligências para a formalização do acordo de Telmo Reis com o BPN para a venda das acções contaram com a participação de "Felipe Baião do Nascimento [...], que interveio em representação do Grupo BPN e ainda como procurador do BI." O advogado não comenta o caso.

O BdP detectou a primeira operação do BI em Portugal em 2007 e só em Maio de 2008 soube que o BPN era o proprietário do BI. ■

ACORDO PARA RECEBER DOIS MILHÕES
Documento revela que Telmo Reis fez, em 2006, um acordo com o BPN, em que as suas dívidas ao Grupo ficavam saldadas, e receberia dois milhões de euros.

DÍVIDA DE UM MILHÃO EM TRIBUNAL
A Etrapanob, empresa criada pelo BPN para comprar as acções de Telmo Reis, ainda não cumpriu a segunda tranche do acordo: falta pagar um milhão de euros.

🔍 PORMENORES

● **BURACO FINANCEIRO**
O Banco Insular (BI) tem um buraco financeiro de 360 milhões de euros.

● **TRANSFERÊNCIAS**
Entre 2003 e Setembro de 2008, o BI transferiu para o Brasil 232 milhões de euros, verba que representa 64 por cento do seu buraco financeiro.

● **PEDIDO DE INFORMAÇÕES**
Pinto Monteiro, procurador-geral da República, disse no Parlamento que o DCIAP pediu ao Banco de Portugal, em 2004, informações sobre o BI, no âmbito da 'Operação Furacão'.

Deputados questionam Dias Loureiro

Os deputados da comissão de inquérito ao BPN vão inter-rogar hoje Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), sobre uma reunião em 2002 com António Marta, vice-governador do BdP, sobre a qual existem versões contraditórias.

Em Novembro, Dias Loureiro afirmou que numa reunião em 2002 com o vice-governador do BdP António Marta alertou o supervisor para a situação do BPN. António Marta já disse que Loureiro só perguntou por que razão o BdP dedicava tanta atenção ao BPN. ■

Em 2006, advogado português representou o Insular

PERFIL

● **FELIPE Baião do Nascimento** é responsável pelo Departamento de Direito dos Negócios da sociedade de advogados Baião, Castro & Associados. Com 40 anos, Baião Nascimento assume a responsabilidade pelas áreas de Direito Bancário e de Direito do Mercado de Capitais, segundo refere o site da sociedade.



A Labicer está instalada perto de Aveiro

**Dias Loureiro responde hoje no Parlamento sobre o BPN**

Os deputados da comissão de inquérito ao BPN vão questionar hoje o antigo administrador da SLN Dias Loureiro sobre uma reunião

em 2002 com António Marta, vice-governador do Banco de Portugal. Amanhã será a vez de António Marta responder aos deputados.



**INQUÉRITO PARLAMENTAR**

Dias Loureiro deve repetir que desconhecia irregularidades no BPN

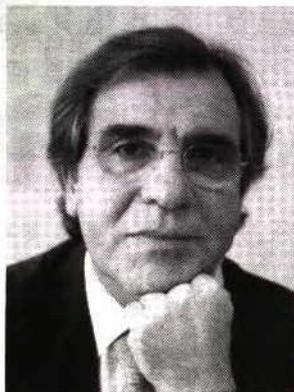
Maria João Gago

mjgago@mediafin.pt

Manuel Dias Loureiro, ex-administrador da BPN SGPS, "holding" que controlava a totalidade do Banco Português de Negócios (BPN), vai hoje prestar esclarecimentos à comissão parlamentar de inquérito à nacionalização daquela instituição. O actual conselheiro do Estado, que esteve na administração da sociedade entre 2001 e 2002, deverá reafirmar perante os deputados, num encontro marcado para as 17 horas, que desconhecia as irregularidades que terão sido cometidas no BPN durante os mandatos de José de Oliveira Costa.

Contactado pelo **Negócios**, Dias Loureiro recusou adiantar o que irá dizer. "Vou responder a perguntas", limitou-se a repetir.

Os deputados deverão inquirir o também ex-ministro



Manuel Dias Loureiro | Antigo gestor da BPN SGPS diz que vai ao Parlamento "responder a questões".

da Administração Interna de Aníbal Cavaco Silva sobre uma reunião que teve com António Marta, antigo vice-governador do Banco de Portugal, em Abril de 2002, em que Dias Loureiro terá pedido para que o supervisor tivesse "uma atenção especial ao BPN". Segundo adiantou o ex-gestor da

SGPS, em Novembro, numa entrevista à RTP, nesse encontro, disse a Marta que "não tinha nenhum facto concreto, mas que estava numa sociedade que tinha um banco e que isso me causava preocupação e que o BdP devia estar atendo".

Depois destas afirmações, o antigo vice-governador referiu ao "Expresso" que Dias Loureiro o tinha questionado sobre os motivos que levavam o BdP a andar "tão em cima do BPN". A comissão de inquérito vai ter oportunidade de questionar o próprio Marta sobre esta divergência de versões, na audição marcada para amanhã.

Ainda antes de Manuel Dias Loureiro e António Marta falarem na comissão parlamentar o actual vice-governador do BdP, Pedro Duarte Neves, vai ser ouvido pelos deputados ao início da tarde de hoje.



CASO BPN

Versões contraditórias levam Dias Loureiro e António Marta à AR

→ O antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN, o social-democrata Manuel Dias Loureiro, é ouvido esta tarde pelos deputados da comissão parlamentar de inquérito ao caso que levou à nacionalização do banco, em Novembro do ano passado. Amanhã será a vez do vice-governador do Banco de Portugal, António Marta.

Nas audições, os deputados vão confrontar ambos os depoentes por terem revelado publicamente versões contraditórias de uma reunião, em 2005, na qual Dias Loureiro disse ter avisado que o Banco de Portugal “deveria estar atento” ao que se passava no BPN. António Marta garantiu que o actual conselho de Estado foi à reunião perguntar-lhe “porque razão o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN”. Esta versão foi corroborada pelo socialista Vítor

Constâncio, governador do banco central, já foi ouvido pela comissão.

Ainda hoje, antes da audição do antigo ministro de Cavaco Silva, os deputados questionarão Pedro Neves, o actual responsável pela supervisão bancária.

A comissão de inquérito, presidida pela socialista, Maria de Belém, tem também como objectivo avaliar a actuação do Banco de Portugal, na qualidade de entidade supervisora bancária, ao longo do processo que conduziu à intervenção do Estado e à detenção do antigo presidente do BPN, Oliveira e Costa. O ex-banqueiro, outro antigo governante do PSD, está detido preventivamente desde Novembro de 2008 por suspeita de burla agravada, fraude fiscal e branqueamento de capitais e recusou prestar declarações na comissão parlamentar. **A.P.C.**

ID: 23593977

27-01-2009

Caso BPN. São mais algumas revelações numa história de prejuízos escondidos ao longo de 2008. O relatório 'O estado da nação' só chegou ao conhecimento da actual administração da SLN depois de primeiro ter sido entregue ao Banco de Portugal, no âmbito das audições feitas em Novembro

Buraco de 646 milhões na SLN apurado em Março

Vakil encomendou relatório. Cadilhe só conheceu agora

PAULA CORDEIRO

O diagnóstico ao buraco financeiro da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), detentora do Banco Português de Negócios (BPN), estava feito desde Março de 2008 e entregue à então administração, liderada por Abdool Vakil. O documento em causa, a que o DN teve acesso, chama-se "O estado da nação" e nele se apontava um buraco de 646 milhões de euros e algumas soluções e estratégias para o resolver, entre as quais a venda do Banco Insular a terceiros e a venda imediata de 4,97% da SLN e 3,17% da SLN Valor, detidas por veículos *offshore*.

Este relatório foi encomendado por Vakil assim que assumiu a presidência, e foi revelado na reunião do conselho superior da SLN, a 10 de Abril de 2008. Da autoria de António José Duarte, assessor do Conselho de Administração do BPN, e de António Franco, administrador do BPN, o documento foi entregue ao Banco de Portugal em Novembro, aquando das audições destes.

No entanto, a actual administração da SLN, liderada por Miguel Cadilhe, só teve conhecimento deste relatório em finais de Novembro. O documento chegou às mãos do administrador não executivo Meira Fernandes, que, após algumas averiguações, o divulgou aos membros da comissão executiva da SLN no início da semana passada.

'O estado da nação' SLN

O relatório "O estado da nação" é verdadeiramente revelador da situação financeira do grupo. Os seus



Abdool Vakil quis conhecer o estado das contas logo que assumiu presidência

problemas são resumidos a cinco tipos. Em primeiro lugar, as chamadas Contas Investimento, um produto comercializado com rentabilidade garantida, onde estavam aplicados 517 milhões de euros. Serviam para financiar os fundos imobiliários fechados. Uma vez que estes produtos não eram renovados, o BPN estava a subscrever a totalidade dos fundos.

O Banco Insular era outro dos problemas a resolver, propondo-se

então a passagem imediata de todos os créditos concedidos a accionistas para o BPN, reduzindo a importância no balanço, ou vendendo-o a terceiros. Se o Insular fosse vendido, e face ao valor potencial dos seus activos (de 250 milhões de euros), as perdas a assumir no balanço da SLN seriam de 150 milhões de euros.

Outro problema seria a necessidade de adquirir 4,97% da SLN e 3,17% da SLN valor, detidas por veículos de financiamento. É que se es-

tas fossem compradas pela *holding* do grupo, o total de acções próprias ultrapassaria o limite legal de 10%, situando-se nos 15%.

Os compromissos extrapatrimoniais não assumidos, como créditos a veículos *offshore*, era outro dos problemas a resolver, ascendendo o seu montante a 145 milhões de euros. Cerca de 30 milhões de euros encontram-se em cinco veículos indicados como pertencentes a terceiros, quando de facto eram do grupo SLN.

DIAS LOUREIRO HOJE NA ASSEMBLEIA

Comissão de inquérito ao caso BPN tentará esclarecer divergências com António Marta

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN ouve hoje Pedro Duarte Neves, actual responsável pela supervisão bancária, no Banco de Portugal (BdP) - e que substituiu no cargo António Marta. Este último um nome que deverá marcar a segunda audição do dia, com Manuel Dias Loureiro, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Record-se que António Marta e Dias Loureiro entraram em contradição sobre um encontro entre ambos. À RTP1, o ex-ministro social-democrata afirmou ter pedido a António Marta especial atenção sobre o BPN, numa reunião realizada em 2001. Dois dias depois, ao *Expresso*, o então vice-governador do BdP desmentia esta versão, afirmando que Dias Loureiro o tinha procurado para questionar porque é que o BdP "andava tão em cima do BPN".

Por último, a SLN apresentava 230 milhões de euros de insuficiência de provisões, das quais 70 milhões reportavam ao BPN e estavam centradas em quatro grandes clientes: El Assir, Devecó, Olivimo e Grupo Miró.

No relato feito à comissão executiva pelo administrador da SLN Meira Fernandes, na passada semana, é referido que nunca tinha sido conhecimento de "um buraco financeiro de 646 milhões de euros". ■



Gestor do BPN não deixa rasto

Gama Pereira, suspeito de burla num balcão de Lisboa, desapareceu. Corre contra ele um processo disciplinar

Texto ISABEL VICENTE

É mais um caso de polícia no banco fundado por José Oliveira Costa. O gestor do balcão das Amoreiras, José Manuel Gama Pereira, terá lesado alguns clientes, retirando-lhes dinheiro das contas que tinham no grupo e falsificando assinaturas.

O Expresso sabe que contra o gestor do BPN corre um processo disciplinar levantado pela administração presidida por Francisco Bandeira, e que o gestor do balcão foi transferido para uma agência do banco em Campo de Ourique, no âmbito da política de rotação implementada por Miguel Cadilhe quando ainda estava no BPN. Uma deliberação que remonta a Agosto e que causou algum incómodo por parte dos gestores que não estavam habituados a rodar. Nessa altura, dois meses antes da nacionalização do BPN, não havia ainda conhecimento de qualquer tipo de situação de fraude ou burla, referiram fontes próximas da anterior e actual gestão do banco fundado e presidido até ao final de Janeiro por Oliveira Costa, que está em prisão preventiva, acusado de vários crimes desde

fraude fiscal, burla qualificada, falsificação, branqueamento de capitais e aquisição ilícita de acções. Terá sido após a nacionalização e já no mandato de Francisco Bandeira que os casos foram descobertos depois de os clientes se queixarem, revelou uma fonte próxima do BPN ao Expresso. Logo que se detectaram irregularidades, seguiu denúncia para as entidades policiais por parte do BPN.

Contactada, a administração do BPN não comenta, e quanto à auditoria interna que está em curso no âmbito do procedimento disciplinar a Gama Pereira, o BPN também se escusa a avançar pormenores sobre a sua evolução. Aguardando que os dados sejam apurados e provados, o BPN não suspendeu as funções a Gama Pereira. Certo é que ninguém sabe do seu paradeiro. "Deve estar fora do país, em Angola ou Cabo Verde onde terá negócios, ou no Brasil. Desapareceu nos últimos dias de De-

zembro. A última vez que foi visto foi na semana do Natal", soube o Expresso, junto de uma fonte próxima de Gama Pereira.

Também ainda não está apurado o número de contas em que terá mexido, já que o esquema montado decorre há vários anos. Os desfalques terão sido descobertos na altura da nacionalização do BPN, a 2 de Novembro, por causa da corrida aos depósitos que antes e depois desta data se verificou, pois não existiam até àquela altura vestígios das alegadas práticas deste responsável pelo balcão das Amoreiras, tendo estas passado à margem dos auditores internos e do seu director.

Esquema conheceu vários contornos

O esquema montado por Gama Pereira foi conhecendo vários contornos, adianta a mesma fonte. "Alguns clientes entregavam-lhe dinheiro para depósi-

Contradições na comissão

O director do departamento de supervisão do Banco de Portugal (BdP), Carlos Santos, desde Dezembro nomeado para a administração do Banco Privado Português, afirmou na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN que só em 2008 o supervisor começou a sentir dificuldades em obter informações pedidas ao grupo fundado por José Oliveira Costa. Uma informação que contraria as declarações de Abdool Vakil, presidente interino do BPN, após Oliveira Costa ter sido afastado em Janeiro. Vakil afirmou à comissão que quando chegou à presidência, em Fevereiro, encontrou 157 pedidos de informação por parte do BdP sem resposta, os quais diziam respeito maioritariamente a 2007 e alguns a 2004. Carlos Santos desdissu Abdool Vakil ao afirmar que aqueles pedidos foram feitos em Janeiro, no decurso de uma nova investida do BdP ao BPN. E que "até ao início de 2008, com o conhecimento que tínhamos, a administração de Oliveira Costa estava a cumprir". Afirmações que colocam em causa as contra-ordenações avançadas pelo BdP contra o BPN e a SLN e que se referiram a atrasos de respostas solicitadas e a prestações falsas.

tos a prazo, outros emprestavam-lhe dinheiro a 30% ao ano, e com o desenrolar deste esquema chegou uma altura em que o gestor começou a mexer em contas dos que faziam depósitos para pagar os juros do dinheiro que lhe emprestavam". Uma bola de neve da qual perdeu o controlo, comenta quem entretanto teve conhecimento da situação, que ocorria há vários anos sem que dela alguém tivesse dado conta.

O Expresso contactou o gestor Gama Pereira mas sem sucesso, já que muitas vezes a caixa de mensagens do telemóvel estava cheia. Até à hora de fecho desta edição não foi possível confrontar Gama Pereira com as informações recolhidas.

A 10 de Janeiro a agência Lusa dava conta de que um empresário, Joaquim Sousa Lima, teria apresentado queixa no Departamento de Investigação e Acção Penal. O empresário acabou por negar este facto, admitindo, contudo, "uma divergência numa conta que tinha na agência das Amoreiras". De acordo com a Lusa, que cita fontes bancárias, "a burla atingirá cerca de €6 milhões" e "José Manuel Gama Pereira oferecia a clientes rendimentos de 30% caso estes concordassem em fazer negócios na Instituição Financeira Internacional (IFI) do BPN em Cabo Verde, de onde depois retirava o dinheiro". A Lusa refere ainda que "a fraude implicou também a falsificação de assinaturas de clientes para transferir dinheiro para contas off-shore". E que o gestor "apresentava sinais exteriores de riqueza, possuindo um Porsche Cayenne e um Mercedes SLK".

ivicente@expresso.imprensa.pt



ILUSTRAÇÃO ALEX GOZBLAU

Em texto que publicamos na íntegra, o ex-presidente do BPN, Miguel Cadilhe, responde ao artigo de opinião de Nicolau Santos, intitulado "O furibundo dr. Cadilhe", que publicámos na semana passada

Nacionalização e qualidade das instituições

Miguel Cadilhe

1 Não é verdade que, no nosso plano para o BPN, pretendésemos €600 milhões do Estado a taxa baixíssima e com um largo período de carência. Os "dividendos prioritários" das acções preferenciais eram à taxa média da divida pública acrescida de 1%. Adicionalmente, poderia haver um "dividendo variável" e um prémio de reembolso, em caso de resgate por opção do emitente. Quanto ao prazo de carência, eram apenas três anos, nada de extraordinário, com capitalização do "dividendo prioritário" e pagamento integral a seguir.

2 Não é verdade que a CGD tenha metido o dobro dos €600 milhões no BPN. É confusão de conceitos, entre capital próprio e passivo. A CGD tomou o lugar dos depositantes e outros credores que levantaram dinheiro. E, de algum modo, substituiu o empréstimo de €500 milhões que estava por nós inteiramente negociado com seis bancos, antes da nacionalização, em regime de aval do Estado conforme mecanismo criado por lei. A nossa proposta intitulada "Plano BPN 23X08" contemplava duas vertentes, uma mais conjuntural, em que se inseria esse apoio à liquidez, e outra mais estrutural, em que se conjugavam

capitais privados e públicos (acções preferenciais). Tudo somado perto de €1500 milhões. A parte pública era remunerada, seja com comissão de aval, seja com os mencionados dividendos, prioritário mais variável, e o eventual prémio de reembolso. "O estado da nação", de Março de 2008. Só há dias, no fim do ano passado, a minha administração, muito surpreendida, teve acesso ao documento, não por via de Vakil. A Comissão de Inquérito Parlamentar interpeleu Vakil sobre este documento, agora, em 16 de Janeiro, e ele reconheceu que o tinha bem guardado. Uma incompreensível omissão, tanto mais quanto é certo que o ex-presidente Vakil continuava presidente de uma sociedade sob domínio total do grupo SLN.

3 O caso BCP não é comparável, nem em extensão, nem em densidade, nem em gravidade, ao caso BPN. Deixei, aliás, a administração do BCP no fim do exercício em 2001, e as minhas "barbas", como lhes chama o articulista, nada tiveram a ver com operações alegadamente em causa.

4 Abdool Vakil foi administrador do BPN desde Maio de 2004. Com toda a consideração por Vakil, esse é um facto relevante, incontornável, mesmo que as suas funções não tivessem sido executivas, ou nem sempre executivas. A sua carta de 2 de Junho sobre o Banco Insular (BI), dirigida ao BdP e por este tão enaltecida, poderia e deveria ter sido escrita muito mais cedo e, aliás, não diz absolutamente nada sobre imparidades. Fala de valores "fora de balanço", mas isso é conceito distinto de imparidades. Ouvi Vakil discursar na Assembleia Ge-

ral de 20 de Junho e reli atentamente o seu discurso. Mais tarde, Vakil entregou-me uma nota sobre como ele via o futuro do grupo. Contudo, Vakil não entregou, como deveria ter feito, um documento muito mais importante, e grave, intitulado "O estado da nação", de Março de 2008. Só há dias, no fim do ano passado, a minha administração, muito surpreendida, teve acesso ao documento, não por via de Vakil. A Comissão de Inquérito Parlamentar interpeleu Vakil sobre este documento, agora, em 16 de Janeiro, e ele reconheceu que o tinha bem guardado. Uma incompreensível omissão, tanto mais quanto é certo que o ex-presidente Vakil continuava presidente de uma sociedade sob domínio total do grupo SLN.

5 O BI "virtual" existe desde 2003. A questão não é a carta do BdP de 4 de Junho, que, aliás, é tardia, tímida e escassa sobre o caso do BI. É tardia, como o mostrarm, maxime, as cartas da PGR ao BdP de 2004 e anos seguintes, divulgadas na Comissão de Inquérito Parlamentar. E o indicia, por exemplo, de outro ângulo, o trabalho do Expresso de 9 de Fevereiro de 2008. É tímida e escassa, porque não vai ao fundo do problema e não assume as consequências que a supervisão tinha obrigação de assumir. A carta man-

da integrar o BI no grupo SLN e certificar as subsequentes contas consolidadas. Ora, isso é diferente de realizar auditorias externas extraordinárias como aquelas que mandámos realizar, as quais têm outros objectivos, outros âmbitos e outras profundidades. A história do que se passou é bastante esclarecedora. Em prévio acordo escrito com accionistas e de novo em declaração minha na Assembleia Geral de 20 de Junho, estabelecemos o compromisso de lançar auditorias externas extraordinárias e independentes sobre o grupo SLN. Logo em 26 de Junho encomendámos à Mazars uma auditoria incisiva sobre o BI. Quanto à auditoria transversal a todo o grupo, mais complexa e exigente, elaborámos o caderno de encargos, fizemos consulta ao mercado, e em 11 de Julho adjudicámos o trabalho à Deloitte. Para nossa perplexidade, o BdP por carta de 24 de Julho vem mandar fazer a mesma auditoria da Deloitte que já estava em curso. Significativamente, o BdP nesta carta de 24 de Julho nada refere sobre a carta de 4 de Junho. Pois nada tinha de referir, já que se tratava de coisa distinta.

6 A questão também não é a de o governador do BdP falar ou não falar comigo antes de a minha equipa ter sido designada. A questão, essa sim, é a de o

BdP não ter actuado a tempo, antes ou muito antes disso. A questão é a de o BdP não ter evitado que novas administrações fossem designadas, quando era evidente que uma supervisão atenta deveria intervir com os "poderes-deveres" que a lei lhe confere, especialmente o poder de mandar fazer auditorias externas, e o poder de substituir total ou parcialmente a administração nos tempos de Oliveira e Costa. A questão é que nenhuma administração deveria ter sucedido à de Oliveira e Costa sem que o BdP tivesse previamente exercido esses seus basilares poderes de intervenção.

A questão é que, se o BdP houvesse feito, em tempo útil, o que tinha a fazer, muito provavelmente o BPN hoje continuaria a ser um banco dos accionistas privados, não um banco nacionalizado a cargo dos contribuintes. A questão, sem poeira nos olhos, e a bem da qualidade das instituições, é que não devemos admitir que os supervisores se desculpem com a relativa mingua de meios, nem com casos análogos noutras paragens, nem com os maus usos ou abusos ou maquinações dos supervisionados.

Como é reconhecido, a qualidade das instituições tem, entre nós, estorvado o desenvolvimento e desacelerado o chamado produto potencial, ou seja, o nosso futuro.

"Cadilhe revelou ignorância e distorceu factos"

"Considero que as declarações do dr. Miguel Cadilhe foram lamentáveis e desprezíveis para ele, na medida em que revelou ignorância de princípios, leis e regulamentos que dizem respeito à supervisão prudencial. Distorceu factos, fez acusações sem elementos de prova... Além disso, penso que pôs a defesa de interesses à frente da objectividade, com uma visão egocêntrica do seu próprio papel no processo"

VÍTOR CONSTÂNCIO, a propósito das declarações de Miguel Cadilhe na comissão parlamentar que investiga o caso BPN



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dias Loureiro colocou angolanos no 'Sol'

Negócio do semanário com angolanos **poderá abortar** por oposição do BCP e José Paulo Fernandes

Foi Manuel Dias Loureiro quem potenciou a entrada de capitais angolanos no semanário "Sol", confirmaram ao Expresso fontes ligadas ao processo. O negócio não está fechado e corre o risco de não se concretizar por ter sido feito pelo empresário Joaquim Coimbra e pelos jornalistas fundadores do jornal à margem dos outros accionistas, o BCP e a Imosider de José Paulo Fernandes, que alegam ter sido desrespeitado o acordo parassocial.

Um acordo que obriga todos os accionistas fundadores do "Sol" a serem ouvidos quando há mudança de controlo na empresa, o que não aconteceu.

"A BCP Capital pretende uma resolução para este problema le-

vantado pelas duas sociedades, a JVC Holding e o grupo de jornalistas fundadores do "Sol", que só pode ser conseguida de duas maneiras, ou com a venda da nossa participação, ou com a compra da posição deles", disse ao Expresso fonte oficial do banco. E adianta que a "BCP Capital vai fazer cumprir todos os seus direitos", o que quer dizer que, tal como está neste momento, o negócio pode não avançar.

O semanário já não tinha dinheiro para os salários, mas um desconhecido angolano salvou-o da falência imediata

O ex-dirigente do PSD, Dias Loureiro, esteve em Angola, onde fez o que foi considerado um verdadeiro *road show* de apresentação do semanário a potenciais investidores angolanos. Desse esforço resultou a operação agora em curso, que tem por trás um investidor angolano que deseja manter o anonimato, e que até agora não tinha qualquer negócio no sector, nem fora de Angola. Contactado, Dias Loureiro não quis falar.

A angolana Newshold, segundo o contrato a que o Expresso teve acesso, entrará no capital da Nova Comunicação Essencial, sociedade constituída para o efeito pela JVC Holding de Joaquim Coimbra, empresário liga-

do ao PSD e accionista do BPN, e pelos directores do "Sol", José António Saraiva, José António Lima e Mário Ramires.

Esta sociedade, constituída este mês e apenas um dia antes de Joaquim Coimbra comprar a participação de 19% da Cofina, junta a participação de 42% de Coimbra com os 8,83% dos jornalistas fundadores do jornal, e na qual o sócio angolano passará a deter 20%, pelo qual paga €1,9 milhões. Segundo apurou o Expresso, o novo sócio não ficará por aqui: o controlo de 51% do capital é o objectivo.

A projectada operação é mais ambiciosa do que a mera compra de um título da imprensa portuguesa, visando antes a cria-

ção de uma rede lusófona de comunicação social, disseram ao Expresso fontes ligadas ao processo. "Se esta projectada operação for concluída, fará parte de um projecto mais alargado de *media* lusófona e envolverá capitais angolanos", disse Jorge Santiago Neves, um dos advogados envolvidos no processo. Por sua vez, Vítor Fernandes, administrador do grupo angolano Score Media, que a título individual está a dar apoio técnico a esta aquisição, garantiu que "o principal objectivo é criar um veículo da lusofonia. Trata-se de um projecto muito abrangente, que engloba a língua portuguesa".

O comprador angolano conta com o apoio técnico de Vítor Fernandes e Domingos Vunge, ambos accionistas do grupo Score Media. Este grupo, contudo, afirma nada ter que ver com a aquisição, sendo a colaboração daqueles dois administradores feita a título individual. A Score Media tem ligações ao grupo português Ongoing de Nuno Vasconcellos, — dono da Económica ("Diário Económico" e "Semnário Económico") e detentor de 19% da Imprensa — com quem tem uma

parceria de troca de conteúdos. Além disso, Rafael Mora, braço-direito de Nuno Vasconcellos e com uma pequena participação na Ongoing, é vice-presidente da Score Media.

Por que razão foi escolhido o jornal "Sol" para um desconhecido empresário fazer o seu primeiro investimento fora das fronteiras angolanas? "Trata-se de um jornal que conseguiu uma implantação rápida e interessante em muito pouco tempo, é citado noutros órgãos de comunicação social e seria muita pena que desaparecesse. O interesse principal dos accionistas é que o jornal se mantenha", disse Vítor Fernandes ao Expresso.

A entrada do novo sócio permitirá viabilizar o título, que enfrenta sérias dificuldades. Em Novembro, o BCP abriu uma nova linha de crédito para o jornal. E o negócio terá sido feito à revelia do BCP precisamente porque os angolanos querem que o banco se mantenha como accionista e financiador do projecto.

NICOLAU SANTOS
com ANABELA CAMPOS
e ISABEL VICENTE
nsantos@expresso.imprensa.pt

**NÃO PODE PERDER****DIAS LOUREIRO NO PARLAMENTO****27 de Janeiro**

Manuel Dias Loureiro, antigo administrador da SLN (que controlava o BPN antes da nacionalização), vai ser ouvido na comissão parlamentar de inquérito.



Banco de Portugal fala em distorção no caso BPN

Cadilhe. Carta sobre auditoria externa só validou determinação anterior

O Banco de Portugal (BdP) considerou existir distorção de informação no caso BPN e insistiu ontem que a carta sobre a auditoria externa enviada em Julho foi a confirmação por escrito de uma determinação anterior já transmitida a Miguel Cadilhe.

“Na primeira reunião com Miguel Cadilhe [recém-eleito então para liderar o Banco Português de Negócios e a Sociedade Lusa de Negócios], no dia 26 de Junho, este manifestou a sua intenção de mandar proceder a uma auditoria – o que já tinha sido determinado pelo Banco de Portugal em 4 de Junho –, tendo sido acordado que, para não serem feitas duas auditorias diferentes, o Banco de Portugal aceitaria a escolha da empresa de auditoria efectuada pelo novo Conselho de Administração”, diz o supervisor.

O BdP diz na nota ontem divulgada que “foi também transmitido logo nessa primeira reunião” que a auditoria deveria ser realizada à luz do artigo do regime das instituições de crédito que permite ao banco central “ter acesso ao

auditor e ao acompanhamento dos trabalhos de auditoria”.

Posteriormente, adianta, Miguel Cadilhe “informou o Banco de Portugal da empresa de auditoria escolhida e só então o Banco de Portugal confirmou por escrito a sua determinação, conforme tinha ficado acordado na primeira reunião de 26 de Junho”. O canal SIC Notícias deu conta da carta mencionada pelo BdP, afirmando que o “documento prova que o Banco de Portugal pediu auditoria apenas a 22 de Julho”, “depois de Miguel Cadilhe o ter feito”.

O supervisor adianta que já em 4 de Junho de 2008, o BdP tinha “determinado a apresentação de contas consolidadas com inclusão de entidades anteriormente omitidas”, referindo-se ao Banco Insular, “devidamente certificadas por entidade externa habilitada, bem como a apresentação de um relatório de provisões económicas referentes aos activos a integrar”.

O banco central diz que na altura “não especificou qual a entidade que deveria proceder a esse trabalho, pois era sabido que ia ser eleita uma nova administração e Abdool Vakil não tinha condições para fazer avançar o processo nessa fase de transição”. ■ LUSA



Constâncio tinha determinado a auditoria em Junho

LONEL BALTEIRO/ARND BRONKHORST